

A infância e a criança na paulicéia da primeira república: um estudo do impresso Álbum das meninas: revista educativa e literária dedicada às jovens brasileiras (1898-1901) .

Floriza Garcia Chagas.

Cita:

Floriza Garcia Chagas (2015). *A infância e a criança na paulicéia da primeira república: um estudo do impresso Álbum das meninas: revista educativa e literária dedicada às jovens brasileiras (1898-1901)*. 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/4jornadasinfancia/22>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eZep/8wt>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**A infância e a criança na paulicéia da primeira república: um estudo do impresso
álbum das meninas: revista educativa e literária dedicada às jovens brasileiras
(1898-1901)**

Floriza Garcia Chagas
(UNIFESP, Brasil)

Num domingo, dia 31 de julho de 1898, Anália Franco publicava no periódico *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*, o artigo AS MINHAS PATRICIAS:

Quando impressionada ao ver tantas infelizes crianças abandonadas a ignorância e a vagabundagem, sem educação moral e religiosa, sem instrução obrigatória e profissional, empreendi a fundação desta modesta revista ALBUM DAS MENINAS, que traduz apenas uma convicção e uma fé, visto refletir mal formulado embora, um sonho de justiça e de verdade, tinha a certeza de que o meu empenho não seria de todo inútil. E não foi. Porque se há muitos que nada tem de comum com o resto da humanidade, e nem se comovem a vista desse triste bando de crianças, que mais tarde hão de povoar o fundo tétrico dos cárceres, ou serem arroladas nas matriculas policiais da prostituição, outros há, e ainda bem que os há para honra da espécie humana, que se interessam pelo bem dos seus semelhantes e procuram suavizar lhes a algidez da sorte. (FRANCO, A. E. *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*. São Paulo, 1898. Ano I, n. 4, p. 73)

Já no artigo A MÃE VIRTUOSA, Anália Franco apresenta a imagem da infância pela influência e esforço de responsabilidade materna:

Meninas, vou hoje falar-vos sobre a influência benéfica que **uma mãe virtuosa** exerce sobre os filhos principalmente se ela empregou todos os esforços, todo o seu zelo no intuito de **implantar nos seus corações a piedade, a pureza de costumes; o amor ao trabalho e o respeito às leis sagradas e civis**. Quanto mais a mãe compreende o que é belo, grande e sublime, tanto mais se esforça em inspirar e fortalecer no ânimo dos filhos o amável complexo dessas nobres virtudes que são a honra e fazem o poder dos povos. No seu lar não existirão por certo o egoísmo que sufoca a caridade, o interesse que sacrifica o patriotismo, e nem os vícios que degradam a humanidade. (FRANCO, A. E. *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*. São Paulo, 1898. Ano I, n. 1, p. 13)¹

¹ A transcrição foi realizada de acordo com a gramática atual mantendo a ideia matriz e a estrutura. Grifos meus.

O *Álbum das Meninas*, foi a primeira produção de propriedade de Anália Emília Franco, voltada para o público feminino, impresso na cidade de São Paulo no período de 30 de abril de 1898 a 01 de outubro de 1901. Esses trechos de artigos, representam a principal temática que, constituindo a cultura política nas primeiras décadas do período republicano, serão discutidas neste estudo: a representação da infância pela via da educação da mulher.



Figura 2 – Anália Franco. Fonte: <http://searadejesusosasco.org.br/biografia-de-analia-franco/>

Esta é a fotografia mais divulgada e por isso quase a única conhecida de Anália Franco, a imagem de uma mulher e seu tempo. Tempo que demarca a segunda metade do século XIX, pois é em 1861 que Anália, com oito anos de idade, chega a São Paulo com a família. Eles encontram uma província em efervescência.

A cidade² de São Paulo acelera e se expande como núcleo econômico importante a partir de 1855, em 1860 estava já numa dinâmica em que se pensava e planejava chegar à modernização e o progresso, com um ideal europeizado previa-se o desenvolvimento urbano e industrial, para tal era preciso formar cidadãos cultos, limpos e educados. O contexto social de valorização do conhecimento científico e os princípios de uma sabedoria letrada, segundo Souza (1998), contribuíram para atribuir à educação o poder de conciliar e de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e à escola a missão de originar a solução para o mesmo. Assim, o projeto civilizador no qual a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social, é tomado como prioridade.

² As ideias apresentadas nestes parágrafos sobre a cidade de São Paulo, basearam-se sobretudo em COSTA (2010), na obra **Da Monarquia à República: momentos decisivos**; BRUNO (1991), **História e tradições da cidade de São Paulo**; MORSE (1970), **De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo**.

A transição da administração política Imperial para a República, de acordo com Souza (1998, p. 266), “representou momentos de crises e tensões sociais com grande perigo de desagregação”. As estruturas econômicas da sociedade brasileira não se transformaram profundamente, nesse período, de modo a gerar conflitos sociais mais amplos, pois o sistema de patronagem e de clientela³ que permeava toda a sociedade tornaram mínimas as tensões de raça e de classe, como consequência desse processo de desenvolvimento constituiu a perpetuação de valores conservadores, tradicionais, elitistas, autoritários e antidemocráticos, ainda com a sobrevivência e reforço das estruturas de mando que provocaram a marginalização de amplos setores da população.

Quando estuda-se a temática da educação brasileira e sua trajetória a partir da segunda metade do século XIX, verifica-se que a educação ocupa espaço nas discussões sobre o desenvolvimento social, e a partir da Proclamação da República torna-se uma ferramenta de modernização da sociedade, com objetivos claros de formar cidadãos cultos e civilizados. Afim de também solucionar alguns dos problemas gerados pela consolidação e desenvolvimento das sociedades industriais, sobretudo a situação de pobreza, nas propostas de ideólogos do movimento filantrópico, a caridade⁴ seria um meio de auxiliar a subsistência, educar e civilizar a nação. A influência da assistência social prestada pela Igreja e pelo Estado nas décadas finais do século XIX intensificou o desenvolvimento da institucionalização na cidade de São Paulo, e também as discussões sobre o destino da humanidade, isto é, sobre a natureza e os limites do processo civilizatório, que parecia ser o corolário da industrialização em expansão.

Tais consequências foi justamente resultado da constituição da República por um movimento de poucas raízes populares e logo devia ser legitimado por meio da construção de um novo universo simbólico, função conferida à escola primária como instituição responsável por formar o novo cidadão a partir de uma nova mentalidade e de identidade nacional, a fim de desenvolver nestes o sentimento de pertença, portanto o amor à pátria. Comenta Marcílio (2005) que este é um momento bastante importante por destacar a educação como prioridade do País; as novas ideias que emergiam objetivavam colocar a nação a nível dos países desenvolvidos e civilizados, para tanto

³ A patronagem é referida como uma relação, um vínculo pessoal entre indivíduos de status, poder e riqueza, é uma relação assimétrica através da qual se torna possível o acesso a bens, posições sociais e recursos. O clientelismo é um movimento em que uma pessoa recebe de outra uma proteção em troca de apoio político. Para saber mais, ler Costa (2010).

⁴ Ver mais sobre a corrente do bloco católico em Faleiros (2011, p. 41)

era necessária a criação de outra realidade nacional, o que seria possível, principalmente, por meio da instrução, e também do desenvolvimento da imprensa com os novos materiais instrutivos e didáticos e da legislação que se organiza para este novo tempo.

O intenso debate sobre a emergente necessidade da expansão da escolarização, em fins do período imperial mirava a abrangência de um número maior de crianças nas escolas. Considerando o contexto do período republicano⁵, a Paulicéia é marcada historicamente por acompanhar uma acelerada ascensão como centro urbano mais expressivo tanto economicamente quanto em população.

O discurso sobre a ampliação da instrução incidia sobre as questões sociais emergentes, como o aumento expressivo da população gerado pelo estímulo da oferta de trabalho assalariado nos centros urbanos, a chegada de novos imigrantes também em razão da abolição da escravatura em que grande parte se muda para a cidade, deste modo a grande parcela miserável, pobre, doente, apática e portanto improdutivo da população que “perdida na vadiagem, impunham sua presença incômoda na cidade” conforme descreve Carvalho (2003, p. 14) deverá a educação “regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação”.

O papel atribuído à escola como instituição responsável por regenerar a população destaca-se por imprimir a ideologia dominante nos conteúdos morais e instrutivos, necessários à formação do novo cidadão. Destarte, Veiga (2005) afirma acerca da obrigatoriedade escolar como um acontecimento político relacionado à necessidade de se produzir uma consciência de pertencimento nacional. Ao estabelecer a obrigatoriedade escolar como estratégia de produção da nação, a elite política e intelectual, construiu um imaginário de sociedade, estabelecendo como pressuposto a necessidade da produção de uma identidade coletiva, em que se definiu comportamentos, valores e hábitos, também gestos e expressões que deveriam ser compartilhados por todos e cuja possibilidade estaria na homogeneização cultural das populações.

⁵ De acordo com Fausto (2010) o republicanismo, que nasceu em 1870 no Rio de Janeiro, estava em desenvolvimento nos dois movimentos pela Independência, fins do século XVIII, com a ideia de revolução e de algum modo de reforma da sociedade, concepção essa que Lopes Trovão e Silva Jardim herdaram – defensores de uma revolução popular como meio para se chegar à República, outros seguiam as ideias de Quintino Bocaiuva, partidário de uma transição pacífica de regime, aguardando se possível a morte de Dom Pedro II.

A escola primária destaca-se como importante instituição possibilitadora da elaboração da infância como uma unidade diferenciada de tempo geracional. Assim, a história da infância acontece juntamente com o desenvolvimento da história da escola, uma vez que é no processo de civilização, na organização e definição das diferenciações quanto às origens, que à escola se reserva a função basilar na socialização das gerações. A infância pode ser compreendida como tempo de vida marcado pela dependência ativa dos adultos, essa classe de idade tem a duração vinculada a diferentes condições de existência dos indivíduos, ou melhor, a natureza das relações entre adultos e crianças. Assim, observamos que as distinções geracionais são produções sócio históricas, o que compõem o conjunto de tradições, valores e condutas constituidores da identificação de uma sociedade. Se faz importante destacar que as relações da sociedade e da cultura desta com a infância de acordo com Veiga (2007, p. 43) são “produções elaboradas pela racionalidade adulta, na qual estão presentes aspectos não somente relacionados à dependência funcional, como a dependência social”.

O processo de produção da dependência social e funcional da infância em relação a sociedade adulta se deu ao longo da história, vinculadas às formas de organização da sociedade. Desta maneira, a produção da infância como problema do governo associada a aplicação da lei da obrigatoriedade escolar será apresentada.

Veiga (2007, p. 44) observa que:

A institucionalização da obrigatoriedade dos pais ou responsáveis em dar instrução elementar às crianças foi um acontecimento predominantemente político. Compunha um conjunto de normatizações necessárias à produção da consciência de um pertencimento nacional, no qual perpassa um imaginário de sociedade cujos membros deveriam compartilhar obrigações e direitos. A escola se apresenta, pois, como uma unidade de referência civilizatória, produtora de novos valores e atitudes. Os diferentes saberes em profusão no século XIX sistematizaram uma condição de criança e de ter infância, e para isso diferentes códigos identificadores foram produzidos para a criança: ser obediente, comportada, frequentar escolas, ser bom filho e bom aluno.

A escola atribuiu ao tempo da infância, uma nova maneira de se estabelecer na sociedade: como alunos e alunas. Cria-se uma dependência social nesse processo de universalizar uma faixa etária para o tempo da infância, uma vez que ser ou não escolarizado vai se estabelecendo como regra de inserção na sociedade. Para efetivação desta nova dependência social as famílias dependiam da ação do Estado em prover e promover escolas, com condições favoráveis ao acesso e permanência das crianças.

Movimento tenso, afinal por um lado as elites políticas e gestoras estiveram convencidas do significado da instrução para a formação do futuro cidadão, conscientes de seus deveres, porém de outro lado não produziram as condições para a implementação eficaz do que difundiam como importante.

A infância foi produzida como problema de Estado e permaneceu nesta condição para dar causa de governo. As relações entre governo, família e criança foram se constituindo por meio de regulamentações tendo por objetivo colaborar com um imaginário de infância que se pretendia obediente, educada, limpa e bem vestida, obediente e assim em sua redireciona os processos de dependência funcional, de modo que as estratégias de civilizar as crianças acompanham os procedimentos disciplinares da infância. Em síntese, o projeto de escolarização pública e universal foi um projeto de produção do cidadão. A ideia difundida de que lugar de criança é na escola implica a concepção de infância e de criança enquanto indivíduo que precisa ser civilizado. A partir do conceito apresentado por Elias (1990), civilizar pode ser compreendido como o processo de transformar, moldar, condicionar o indivíduo para que este adquira novos hábitos, novos comportamentos, até que estes sejam incorporados por ele como sendo a sua segunda natureza. Nisto encerra-se o ideal proposto pela escola primária: regenerar a nação através da civilização da criança a partir dos preceitos morais, higiênicos e patrióticos.

Uma vez que o movimento político na definição do currículo e das diretrizes para o ensino encontravam-se em fase de construção, muitos intelectuais e escritores envolvidos neste empreendimento desejavam ter seus projetos de educação consolidados, para tanto empenharam-se na elaboração de materiais que divulgassem e possibilitassem a implementação de suas ideias às políticas educacionais, como por exemplo, através da imprensa.

É neste contexto político que se encontra Anália Emília Franco, mais conhecida como Anália Franco, mulher marcada pelo pensamento filantrópico e de instrução para todos, independentemente da condição social, raça e credo, incluem em suas ações educativas e publicações veiculadas pela imprensa também as questões sobre o acesso à educação por mulheres, no sentido de romper com o estereótipo de incapacidade intelectual e fragilidade feminina. Nascida em Resende, no estado do Rio de Janeiro, em 29 de março de 1853. São Paulo foi o lugar onde Anália Franco estudou e deu aulas nas

escolas públicas do Estado, também cidade em que desenvolveu os seus projetos beneficentes e instrutivos.

Outro fator que merece destaque é seu intenso envolvimento no campo da educação infantil no Estado de São Paulo. Além de professora e escritora de romances, contos, crônicas, hinos, dissertações evangélicas, obras didáticas, opúsculos diversos, peças teatrais, poesias, revistas e jornais. Anália dedicou-se a criação, em 1901, da *Associação Feminina Benéfica e Instrutiva (AFBI)*, em que propagou por todo o estado de São Paulo as escolas maternais, asilos, creches, liceus femininos, escola noturna para analfabetos, escolas profissionalizantes e uma colônia regeneradora, todas instituições destinadas às crianças abandonadas, mulheres desamparadas e mães solteiras, analfabetos e oprimidos. Anália fez parte de um grupo de mulheres que já no final do Império através de periódicos requerem seu lugar e sua participação na sociedade. Nestes periódicos, difundiam a ideia de que a mulher deveria ser emancipada e não subjugada pelo homem, como mãe era de sua responsabilidade a educação das crianças pequenas principalmente pelo exemplo. A forma apresentada para se obter tais reivindicações estava, para essas escritoras, relacionada à educação (HAHNER, 1981).

De acordo com a afirmação de Jinzenji (2010, p. 38) a participação na imprensa através da escrita é tomada como uma possibilidade de expressão das mulheres, e é ainda incipiente nas primeiras décadas do século XIX brasileiro. Porém “a partir da segunda metade do século XIX, jornais redigidos e dirigidos por mulheres começam a surgir no Brasil, dando origem à chamada imprensa feminina”. No início do desenvolvimento da imprensa no Brasil, “o jornalista se confundia com o educador”, como se o jornalista tivesse a missão de suprir a falta de livros e de escolas com seus escritos jornalísticos, o que ganha bastante destaque nas primeiras décadas do século XIX por ainda não ter se consolidado o processo de escolarização. Segundo Morse (1970, p. 132) “foi através da imprensa da cidade que o povo reconheceu certos direitos como seus. E através dela os seus porta-vozes, ou aqueles que pretendiam sê-lo, formulavam as reivindicações populares”.

O interesse em examinar o *Álbum das Meninas* justifica-se por ser este um periódico representativo das bases de formação de Anália Franco, no qual desenvolveu suas ideias sobre as temáticas da educação, da infância, da mulher, da pobreza, da filantropia e do ensino profissionalizante, bem como já assinalava a importância da iniciativa particular, no caso específico do seu principal projeto filantrópico e educacional, a ser inaugurado

em 1901 em São Paulo – a Associação Feminina Benéfica e Instrutiva (AFBI). É interessante assinalar que Anália Franco uma mulher marcada pela inquietação caritativa e na divulgação das modernas ideias e práticas pedagógicas no período, desenvolveu importante trabalho benéfica e principalmente instrutivo e nota-se poucos trabalhos sobre sua trajetória profissional, quase não se pesquisa suas produções e assim se encontra ausente nos estudos relativos à História e Historiografia da Educação Brasileira.

O trabalho de apreensão da cena que envolve o objeto, requer essencialmente a interpretação da forma e do conteúdo das fontes, ou seja, exige que a análise interna seja articulada aos contextos históricos, é no exame do processo histórico que tem-se a compreensão dos quadros social, material e mental, estes que condicionam e/ou determinam as práticas, configuram um pensamento, apontam referências e formulações na história da educação, para que se evite tratar a fonte de forma anacrônica. Assim, segundo Chartier (1998, p. 18) “O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos”.

O estudo da revista *Álbum das Meninas*, de seus textos, artigos, poemas e narrativas possibilita a compreensão das preocupações sociais da época, das ideologias, além das preocupações da apreensão das práticas educativas de ordem moral, social e escolar, também das representações da infância e das crianças. Nos textos publicados pela revista *Álbum das Meninas* surgem normas de convivência e regras de condutas individuais e coletivas, considerada como bases de uma sociedade moderna. Buscando compreender a materialidade dos processos de difusão e imposição de determinados conteúdos, saberes e práticas, o periódico sob análise interessou-nos em seu duplo sentido: como objeto de investigação e como objeto material, cujos usos, em situações específicas, pretendeu-se determinar.

Com base nos aportes teóricos da História Cultural, este trabalho pretende apresentar a análise realizada no periódico *Álbum das Meninas*, de Anália Franco, estes que tiveram circulação entre as meninas, jovens e mulheres, também nas escolas paulistas em fins do século XIX e início do século XX. Utilizou-se para as análises as categorias de materialidade, pois a revista se configura um objeto de circulação, que faz circular concepções, ideias, valores, comportamentos que são determinados pelos interesses de quem os tecem. (CHARTIER, 1990), e representação, visto que as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a

apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações não são discursos neutros, assim elas produzem estratégias e práticas predispostas a impor uma autoridade, uma importância, e mesmo a legitimar escolhas.

Segundo Chartier (1990) a imprensa impressa, neste caso a periódica, se configura em *objetos de circulação*, portanto, possibilitam a circulação de ideias, valores e comportamentos que se desejou que fossem apreendidos ou ensinados. Assim, pretendeu-se identificar quais as representações de criança e infância são expressas nesta revista. Para tal identificação e compreensão recorreu-se a categoria *representação* segundo a definição de Chartier (1990) uma vez que esta categoria permite uma análise a respeito das formas pelas quais os homens, a sociedade, são capazes de perceber e reproduzir o mundo social no qual se inserem. O historiador francês propõe a abordagem do social através dos lugares de produção de discursos, que configuram a realidade, ou seja, as *representações*.

Considerando que as percepções do social não são discursos neutros, uma vez que são capazes de produzir estratégias e práticas, sejam elas sociais, escolares, políticas, etc., que visam legitimar um determinado projeto reformador ou sustentar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas, conforme afirma Chartier (1990), a análise do periódico, pretendeu identificar ao mesmo tempo o que a revista apresenta enquanto representação de infância, bem como o que estabelecem como comportamentos e modos de ser inerentes à criança. A investigação pautou-se na análise das normas e prescrições de comportamentos socialmente valorizados, considerando que o estudo da produção impressa não significa buscar no interior dos textos o retrato da infância da época, mas as representações construídas pelos autores sobre os modos de ser e se comportar estabelecidos como próprios da infância, modos de ser criança, filho e aluno de uma escola que se pretendia. Este estudo considera, assim como Chartier (1990, p. 17), que a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.” (p.17)

Finalmente a importância de analisar a imprensa impressa, neste caso especificamente a imprensa feminina, no âmbito da prática da História Cultural justifica-se uma vez que, a mulher neste contexto social e político é compreendida como educadora de seus filhos, guardiã da família, responsável por ser exemplo de mulher virtuosa e patriota, e assim por desenvolver um bom caráter nas crianças.

A imprensa periódica e educação das mulheres

A imprensa periódica – esta que é formada por jornais, boletins, revistas, panfletos, e outros materiais equivalentes – compreendida como um agente da história e não um simples registro dela, comporta vários sentidos específicos: esta modalidade de imprensa, de acordo com Bastos (2002) procura engendrar uma mentalidade – um modo de ver no seu destinatário, constituindo um público leitor. A imprensa⁶ como criador de opinião, possui um caráter doutrinário em suas estratégias jornalísticas na formação de opinião pública.

No início do desenvolvimento da imprensa no Brasil, com a chegada da Corte em 1808, a função de jornalista era confundida com o educador. A imprensa transmitia os conteúdos afim de suprir a falta de escolas e de livros. Morse (1970, p.132) comenta que através da imprensa os seus porta-vozes, ou aqueles que desejavam sê-lo, estabeleciam as reivindicações populares.

Vejamos como Anália Franco, no sábado, dia 30 de abril de 1898, no artigo AS MÃES e EDUCADORES, apresenta o periódico e sua proposta, comentando e acenando ao jornal um caráter educativo como suplemento ao ensino escolar:

É porem sem dúvida que a educação e instrução elementares só poderiam tornar-se verdadeiramente proficuas, se os alunos ao voltarem da escola encontrassem no lar, os meios de continuarem a instruir-se, e um dos mais eficazes recursos para consegui-lo consiste em facilitar-lhes a leitura dos bons livros. Todos sabem, entretanto, que os livros não se acham ao alcance de todos. O jornal é que percorre por toda a parte e penetra tanto no teto do abastado como no albergue do pobre, é o livro das famílias e a fonte perene de onde todos recebem a verdade e o ensino sem presumirem em tal. (FRANCO, A. E. *Álbum das meninas*: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, 1898. Ano I, n. 1, p. 2)

Esse caráter educativo dos escritos jornalísticos ganha proeminência especialmente porque, durante as primeiras décadas do século XIX, o processo de escolarização ainda não se apresentava consolidado. Neste período, se observava a produção de aparatos legais com a finalidade de organizar o ensino, esta como uma das intervenções fundamentais do Estado naquele tempo. Contudo, as dimensões físicas, materiais, socioculturais da escola enquanto interesse de ensino e aprendizagem se achavam mesmo em fase primária.

A gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos livres era determinada pela Constituição Política do Império; a primeira lei imperial referente a instrução pública

⁶ Para saber mais ver Bastos (2002) em **Espelho de papel. A imprensa e a história da educação.**

data de 1827, definia a criação de escolas, e ainda situava a metodologia de ensino e os parâmetros para o exercício docente. Em 1834 com o Ato Adicional, fora encarregado às províncias a disposição do ensino primário e secundário. Embora se tenha assistido os esforços em garantir o ordenamento legal, na primeira metade do século XIX, o ensino de primeiras letras nas províncias estava em sua maioria sob a organização particular do que pública e ainda estava distante da população em significativa parcela.

Neste tempo a escolarização era organizada de forma separada e diferente para meninos e meninas, até o ano de 1814 as meninas eram excluídas das escolas públicas. A partir desta liberação ou inclusão, a presença das meninas passa a ser registrada nos estabelecimentos de ensino, mesmo assim era desproporcional o número de meninas matriculadas se comparadas ao público masculino, seja pela resistência familiar, a importância como força de trabalho para manutenção familiar, é um indício de que a escola na sociedade brasileira travou desafios para se consolidar quanto um lugar para desenvolver potencialidades e aprender, ainda que o básico (ler, escrever e contar) e também a aceitação do sexo feminino como ser pensante e com capacidades iguais de aprendizagem; observa-se a entrada tardia das meninas no ensino público, a diferenciação nos conteúdos do currículo e a flexibilidade na obrigatoriedade de frequência à escola.

A necessidade de educação da mulher como emergência para uma sociedade moderna se desdobrava do conjunto de transformações ocorridas naquele tempo. Ainda no século XVIII, nota-se a separação entre vida pública – espaços e meios de produção social - e privada – meio familiar e doméstico -. A família passa aos poucos a se situar como um lugar de recolhimento e guarda, o que referenda a produção de novos sentidos, reformulações e representações tanto dos espaços físicos como das relações familiares. De modo que, o papel social da mulher passa a ser fundamental, como esposa, mãe, guardiã, educadora dos filhos e gestora familiar. Ao mesmo tempo, com a emergência da precisão de distinção de posturas e comportamentos entre os sexos, a opinião de que a mulher seria educável e então era necessário educá-la. Portanto, seria viável escolarizar meninas e mulheres nas escolas públicas, e também tal modo de educação seria acompanhada pela produção e circulação de publicações dedicadas e destinadas a elas, em especial na segunda metade do século XIX.

A construção da imagem da criança e da infância no *Álbum das Meninas* de Anália Franco

Como apresentação inicial da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “*O ALBUM DAS MENINAS de Anália Franco, entre a instrução e a caridade, entre a convicção e a fé: um estudo sobre a representação de infância*”, este estudo que o integra escolheu para esta análise os primeiros exemplares da revista, os exemplares n. 2 (maio/1898) e n. 3 (junho/1898), do Ano I⁷. Para este estudo utiliza-se a revista *Álbum das Meninas: revista literária e educativa destinada às jovens brasileira*, que foi produzida em São Paulo e teve seu primeiro exemplar publicado em 30 de abril de 1898. A circulação do impresso aconteceu entre os anos 1898 a 1901, sendo sua publicação mensal e com em média 24 páginas no formato 14 x 21 cm.

Em levantamento de fonte primária foram encontrados 25 exemplares do periódico nos *Arquivos do Estado de São Paulo* e no *Portal Fundação Carlos Chagas: História da Educação e da Infância*. Periódico produzido para ser lido não só por pessoas preocupadas com as questões da infância, mas também por mulheres da sociedade e jovens estudantes. Em alguns exemplares constam no cabeçalho uma nota de distribuição gratuita às escolas da capital e, conforme descrito no próprio enunciado destina-se à mulher apontando-a como a maior responsável pela criança em suas atividades e educação, principalmente neste período em que se instaura a preocupação com os esforços à universalização da instrução primária. Nesta revista a maioria dos artigos são dedicados às mães, pois como já apresentado a mãe cumpre neste período o papel de guardiã e educadora das crianças. Deste modo, a análise sobre a infância idealizada por Anália Franco no periódico *Álbum das Meninas* seguirá os conteúdos destinados à formação desta criança por via da educação da mulher. Nestes exemplares utilizou-se a categoria **criança**, para levantar os artigos que tratem desta temática e em suas abrangências temáticas, como: educação, família e infância.

No segundo exemplar, Ano I, n. 2, 31 de maio de 1898, encontram-se textos de Anália e de colaboradores. A revista *Álbum das Meninas* é constituída por gêneros textuais diversos, como: poesia, contos e narrativas religiosas, dissertações, textos

⁷ O exemplar número 1, do Ano I, foi analisado e apresentado com o título “**Álbum das Meninas (1898-1901): um estudo sobre a imagem da infância paulista na Primeira República**”, no VII Simpósio Nacional de História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepção, ANPUH: Universidade de São Paulo, novembro, 2014. Autores: CHAGAS, Floriza Garcia; PANIZZOLO, Cláudia.

descritivos sobre cultura e indicam as ideias de Anália Franco sobre a instrução popular. No artigo intitulado A INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA, assinado por Anália Franco, em que chama atenção para este problema que preocupa as nações dignas de tal nome, identifica a necessidade de um esforço maior, na criação de instituições para o desenvolvimento da instrução obrigatória, e que torna-la obrigatória deve ser levado, portanto com a seriedade que tal assunto se impõe. Chama a atenção dos pais para que não cometam um “verdadeiro homicídio moral [...] privando os seus filhos do saudável alimento da instrução primária, tão indispensável como o pão cotidiano”. (FRANCO, 1898, Ano I, n.2, p.29). Anália Franco enfatiza a responsabilidade familiar e do governo em tornar a instrução primária obrigatória, assevera dizendo exemplos de países europeus que floresceram a instrução popular por meio da instrução obrigatória:

É incontestável que os hábitos de reflexão, que são inseparáveis do gosto da leitura, ajudam e favorecem o espírito de ordem e bom procedimento, nos que a ela se dedicam, ao passo que na ignorância e na falta de educação é que reside a fonte da miséria, da desordem, dos crimes e dos vícios. E assim como a instrução amplia indefinidamente o horizonte das ciências, das artes, da civilização, da moral e da própria liberdade, a ignorância, que é a companheira da anarquia e da demagogia, torna-se a origem principal da estagnação política, moral e industrial do povo. [...] Foi sem dúvida pela falta de instrução que não se sustentaram as famosas republicas da antiguidade. Assim o Estado sem comprometer ou embaraçar os seus fins não pode deixar que tantos pais menosprezem a instrução dos filhos, colocando-os na classe dos irracionais, e aumentando, além disso, cada vez mais o número dos mendigos, dos vagabundos e dos criminosos. Em conclusão diremos, se a instrução é uma necessidade e mesmo uma obrigação social, deva ela ser obrigatória para todas as crianças, assim como o é para a sociedade. (FRANCO, 1898, Ano I, n.2, p.29 e 31)

Num outro artigo intitulado INTUIÇÃO MORAL, também assinado por Anália Franco, em que escreve sobre o filósofo Kant e a pedagogia do método intuitivo, da função social do professor, e a importância de educar por meio dos sentidos e assim o domínio da intuição, afim de cultivar as faculdades morais e religiosas das crianças:

Não se trata de ciência, trata-se de transmitir à alma das crianças alguma coisa de que sentes. [...] A cada hora da classe, ou mesmo fora de todas as classes, vos é indispensável o dever de dar a intuição do que há de mais nobre na natureza humana. [...] falar sempre dignamente sobre as grandes verdades, e poder apresentar às crianças com toda a precisão a imagem do ideal moral, gravando-a nos corações juvenis. [...] Em todas as questões morais e sociais tudo o que é intuitivo vos compete e faz parte da educação popular. [...] Não se deve fazer do professor apenas uma máquina de ensinar, um coração neutro, um espírito fútil e tímido, um ser nulo para o

Estado, que tema deixar surpreender uma lágrima nos olhos quando fala da sua religião, e um estremeamento de emoção na voz quando fala da sua pátria. Não é só um direito é um dever iluminar lhes o espírito, assim como a inteligência, e não deixar de parte no ensino nenhuma dessas verdades supremas que vivificam e fortalecem a alma. (FRANCO, 1898, Ano I, n.2, p.37-39)

Para Anália Franco, ser mãe é como uma missão imposta por Deus, portanto a preocupação com a educação maternal é um dever. No artigo chamado EDUCAÇÃO MATERNAL, Anália Franco irá apresentar as ideias de “Mme. Alq”, a fim de auxiliar na tarefa materna. Sobre a educação da mulher. Para a referida autora Mme Alq, a mulher independente da classe social deve ser instruída, aprender todas os afazeres e prendas domésticas e aprender uma profissão, para que possa garantir sua existência caso necessite. Entretanto para alcançar tal objetivo será estabelecido os contornos dessas importâncias segundo a posição de fortuna de cada uma. Compreendemos aqui a distinção feita para a educação das mulheres, de acordo com a classe social. Já Anália se coloca a favor da instrução para todas as mulheres num equilíbrio determinado, mas não supera o limite de uma sociedade patriarcal, em que os homens comandam as ciências abstratas e se afastam das mulheres que tenham discernimento. Vejamos:

Verdade é que muitas vezes nos achamos entre estes dois dilemas: entre a mulher sábia que se torna pedante e ridícula, e a mulher ignorante e frívola, incapaz de ser uma digna companheira do seu esposo, um guia para os seus filhos e o apoio de si mesma. Contudo, entre os dois extremos há sempre um justo meio. É esse o que eu aconselho; visto que com o auxílio de uma instrução seria e refletida a mulher pode ser iniciada em todos os estudos que pertencem aos homens, para poder os compreender e escuta-los com prazer; e ainda mais para saber sofrer as adversidades e ajudar os seus a suporta-las. Não é porem para as ciências abstratas que se deve dirigir a sua cabeça já um tanto exaltada e impressionável. A mulher deve ser instruída, mas não sábia. (FRANCO, 1898, Ano I, n.2, p.40-1)

Anália Franco, qualifica a infância a partir da apresentação da história de Maria de Nazareth, no conto UMA VIDA MODELO, em que descreve os comportamentos, valores, gestos e expressões que legitimam a criança e a infância ideal, como: “divina espontaneidade”, “ingênuos raptos de alegria”, “docilidade de caráter”, “delicadeza de natureza excepcional”, “sublimes virtudes de amor para com Deus”, “exemplos de caridade com o próximo”, “afável e carinhosa para com todas, especialmente com as mais pobres”, “extrema docilidade” e “afetuosa meiguice” (FRANCO, 1898, Ano I, n.2, p.44-5). Este mesmo texto continua no exemplar de número 3, Anália Franco destaca

outros elementos importantes à vida em sociedade, preservando o bem e a humildade, o afeto, o zelo e a serenidade em realizar as atividades das mais simples às mais penosas; Maria de Nazareth se mostrava útil ao trabalho pela vontade de Deus, e quando as lágrimas a abatia, ela se apresentava em orações, a fim de que as dores pelo sofrimento da vida fossem suavizadas. Afinal ela como vida modelo, tinha uma alma angelical, mas fazia parte de um mundo real com suas dores e males terrenos.

No texto intitulado A FILHA ADOTIVA, Anália Franco, volta a descrever em forma de histórias que continuam em outros exemplares, modos de se portar, os hábitos e valores promovidos nesta sociedade, a representação de infância e de família está revelado neste trecho:

Ambos muito tementes a Deus, tinham educado sua filha Anezia nos salutareis preceitos da religião, desenvolvendo lhes todas as belas qualidades do coração. Eudoxia desvelava-se em germinar no coração de sua querida filha, todos os bons sentimentos de que ela era dotada, e sobretudo a caridade, a mais bela das virtudes cristãs. (FRANCO, 1898, Ano I, n.2, p.47)

O exemplar de número 3, data do dia 30 de junho de 1898, neste *Álbum das Meninas* Anália enfatiza a importância e a necessidade de uma educação integral, que trate também as tensões do espírito e do corpo. Traz à tona a educação física como importante instrumento para tratar e prevenir as enfermidades físicas, bem como auxiliar benéfico ao estudo; e ainda destaca a importância de se combater os métodos de educação que só transfiram conhecimentos, atrofiando as forças físicas e “trucidando a inteligência das crianças”.

É preciso pois aprender a fundar ao mesmo tempo na criança o homem completo, corpo e espírito, e para isto dar uma larga parte na educação, a vida material, convencendo-nos de que na realidade o homem tem espírito senão quando o corpo o consente. Observa-se, além disto que esta partilha entre a instrução e o exercício é necessária até em benefício do estudo, porque existe tão realmente o cansaço do cérebro como o dos músculos. [...] Hoje que a educação se propõe um fim mais elevado e mais completo, observa um escritor que temos presente, cultivar as faculdades da criança, em vez de fornecer simplesmente uma provisão de conhecimentos. (FRANCO, 1898, Ano I, n.3, p.51)

Nos demais artigos nesses dois exemplares apresentados, encontra-se fábulas e poesias, com fundo moral, revelando os valores que Anália Franco defendia para uma sociedade civilizada e educada, era preciso educar a infância com base nos exemplos e nos valores da religião. Assim teremos uma sociedade regenerada, produtiva e culta.

Considerações Finais

Desta forma, os autores, através de uma história, poesia, conto e fábulas ensinam sobre a bondade e a virtude da caridade e possibilitam a reflexão sobre a representação do ideário republicano de educação que se propunha para a época, que ressaltava a importância e a essencialidade da instrução para que se houvesse progresso. Ensinos de bom comportamento e de bons hábitos recheiam todos os exemplares, então os artigos, nos quais são ressaltando os valores que todo bom cidadão deveria ter, tais quais, honestidade, bondade, respeito aos mais velhos, cumprir os deveres, caráter reto, caridade, dedicação ao trabalho e à família, etc. São apresentados, pequenas histórias e versos, os comportamentos reprováveis como preguiça, violência, mentira, ociosidade, orgulho, falta de respeito, falta de compromisso e responsabilidade, enfim. Sempre em lições que mostram os efeitos negativos desses modos de conduta, enfatizando a vergonha como uma das piores consequências. A vergonha, a repugnância e o embaraço, são de acordo com Elias (1990), sentimentos próprios à modelação do controle das pulsões, caracterizando-se como sentimentos que permitem o autocontrole dos impulsos. Nos trechos apresentados nesta análise inicial foi possível identificar temáticas emergentes no contexto da Primeira República, como os ideais de homem novo e de infância a ser preservada e construída. As propostas e discussões do período enfatizam uma infância caracterizada como uma promessa para o futuro da sociedade, esta que se quer moderna, culta e saudável, sem vícios por que estes degradam a humanidade, sufocam a caridade, esta que é lei fundamental do cristianismo.

Compreende-se portanto que as ideias de Anália correspondem aos valores sociais, culturais e políticos em consolidação no ambiente paulista republicano, a partir das temáticas encontradas e como versam tais aspectos em que encontra-se a representação de infância construída historicamente. Os textos guardam em sua essência a preocupação da educação de cunho moral, cívico e patriótico, além das condutas de higiene, do valor do trabalho, etc. Deste modo é possível perceber que a escola é concebida, neste contexto, como o meio propício para a disseminação dos valores republicanos, através das lições ensinadas. E a criança, tratada e vista principalmente enquanto aluno, era concebida enquanto cidadão em formação. Considerando que as percepções do social não são discursos neutros, uma vez que são capazes de produzir estratégias e práticas, sejam elas sociais, culturais, políticas, etc., que visam legitimar

um determinado projeto civilizador ou sustentar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e comportamentos, conforme afirma Chartier (1990).

O estudo pautou-se na investigação das regras e imposições de comportamentos socialmente valorizados, não perdendo de vista nas análises as representações, imagens construídas pelos autores sobre os modos de condutas estabelecidos como próprios da infância. Esta revista, ou melhor, estes primeiros exemplares, consideradas no contexto histórico e social no qual foram elaboradas, podem ser caracterizadas como importantes suportes discursivos, pois carregam em si conteúdos culturais diversos que desempenharam papel fundamental para a constituição da imprensa feminina. Apresentando, em suas histórias os modos de conduta que as mulheres, como filhas, mães, esposas e educadoras deveriam adotar, possibilitam não somente a habilidade da leitura, mas estabelecem também os modos de se portar, enfim, de ser uma cidadã culta, limpa, educada, cristã e civilizada.

Fontes primárias

FRANCO, A. E. *Álbum das meninas*: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, 1898. Ano I, n. 2 e n. 3. 25-72p.

Referências bibliográficas:

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelhos de papel. A imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002.

BRUNO, Ermani Silva. **História e tradições da Cidade de São Paulo** vol. III: metrópole do café 1872-1918 e São Paulo de Agora 1919-1954, 1991.

CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista, São Paulo: USF, 2003.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. Trad. Reginaldo Carmello C. Moraes. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: **A arte de governar crianças: a história das políticas sócias, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2.ed. 3. Reimpr. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2010. P. 139 – 184.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutes sociais e políticas:1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial. 2005.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1998

VEIGA, C. G. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 9, p. 73-108, 2005.

VEIGA, C. G. Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância. Brasil, século XIX. In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M.; FERNANDES, R. (org.) **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.